



Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2025

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, o **MUNICÍPIO DE TAQUARI**, inscrito no CNPJ/MF 88.067.780/0001-38, com sede administrativa à Rua Osvaldo Aranha, nº 1790, em Taquari, RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, André Luis Barcellos Brito, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 562.144.300-44, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado de **ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE**, e a empresa **MIGUEL BITTENCOURT DE OLIVEIRA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 93.534.022/0001-12, com sede na Estrada RS39, s/nº, Km 39, Bairro Rincão São José, no município de Taquari, RS, CEP 95.860-000, neste ato representada por seu Titular, Sr. Miguel Bittencourt de Oliveira, inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o nº 429.770.370-04, doravante denominada simplesmente de **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA**, em face do resultado obtido no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025**, firmam o presente instrumento, registrando os preços constantes na presente Ata, objetivando futuros fornecimentos dos itens especificados na Cláusula Primeira.

O presente instrumento tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, regendo-se pelo processo de **Pregão Eletrônico nº 011/2025**, Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 4.529/2023, com aplicação subsidiária da Lei Complementar 123/2006, demais legislações aplicáveis e cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

I. DO OBJETO:

I.1. Registro de preços para aquisição futura de gêneros alimentícios destinados a atender a demanda das diversas secretarias do Município, conforme especificações e estimativas de aquisição constantes na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	V.UNIT. (R\$)	V. TOTAL (R\$) ESTIMADO
10	ÁGUA mineral sem gás em copo de 200 ml, com lacre intacto. Marca: CRISTAL DA PEDRA	750	UNIDADE	0,78	585,00
35	BOLINHO DE TILÁPIA CONGELADO - com mínimo de 70% carne de tilápia na sua composição, sem espinhos, sem aditivos químicos, gramatura unitária aproximada 25g, acondicionado em embalagem plástica contendo 1 kg. Rótulo contendo identificação do produto, ingredientes, informação nutricional, validade e nº lote. Marca: FISH	1200	QUILO	37,00	44.400,00
36	BOLO SIMPLES COM COBERTURA (Sabores diversos), devem ser entregues em embalagens adequadas, higiênicas e resistentes, que	515	QUILO	33,00	16.995,00





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



TAQUARI
CULTURA E HISTÓRIA
Vale do Taquari - RS

	garantam a integridade do produto durante o transporte. Marca: PADARIA CAFÉ DAS 7				
37	BOLO SIMPLES SEM COBERTURA (Sabores diversos) , devem ser entregues em embalagens adequadas, higiênicas e resistentes, que garantam a integridade do produto durante o transporte. Marca: PADARIA CAFÉ DAS 7	515	QUILO	31,00	15.965,00
45	CARNE BOVINA, ALCATRA , em cortes para churrasco, <u>produto de 1ª qualidade, congelado, limpo, com osso</u> . Proveniente de bovino sadio, abatido sob fiscalização em condições sanitárias adequadas. Isenta de aditivos ou substâncias estranhas que sejam inapropriadas para o consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Validade mínima de 6 meses a parti da data de entrega . Embalado conforme legislação vigente, em pacotes de aproximadamente 1kg, constando data de processamento e validade, registro do órgão competente (SIM, SIF ou DIPOA), identificação do produto embalado. Deve estar acondicionado em sacos plásticos transparentes, resistentes, a embalagem primaria. Marca: FRIGORÍFICO VIANNA	40	QUILO	45,80	1.832,00
46	CARNE BOVINA, CHULETA , em cortes para churrasco, <u>produto de 1ª qualidade, congelado, limpo, com osso</u> . Proveniente de bovino sadio, abatido sob fiscalização em condições sanitárias adequadas. Isenta de aditivos ou substâncias estranhas que sejam inapropriadas para o consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Validade mínima de 6 meses a parti da data de entrega . Embalado conforme legislação vigente, em pacotes de aproximadamente 1kg, constando data de processamento e validade, registro do órgão competente (SIM, SIF ou DIPOA), identificação do produto embalado. Deve estar acondicionado em sacos plásticos transparentes, resistentes, a embalagem primaria. Marca: FRIGORÍFICO VIANNA	40	QUILO	32,00	1.280,00
47	CARNE BOVINA, COSTELA	40	QUILO	32,00	1.280,00





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



	<p>DESOSSADA, em cortes para churrasco, <u>produto de 1ª qualidade, congelado, limpo, sem osso</u>. Proveniente de bovino sadio, abatido sob fiscalização em condições sanitárias adequadas. Isenta de aditivos ou substâncias estranhas que sejam inapropriadas para o consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Validade mínima de 6 meses a parti da data de entrega. Embalado conforme legislação vigente, em pacotes de aproximadamente 1kg, constando data de processamento e validade, registro do órgão competente (SIM, SIF ou DIPOA), identificação do produto embalado. Deve estar acondicionado em sacos plásticos transparentes, resistentes, a embalagem primaria. Marca: DRIGORÍFICO VIANNA</p>				
48	<p>CARNE BOVINA, COSTELA, em cortes para churrasco, <u>produto de 1ª qualidade, congelado, limpo, com osso</u>. Proveniente de bovino sadio, abatido sob fiscalização em condições sanitárias adequadas. Isenta de aditivos ou substâncias estranhas que sejam inapropriadas para o consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Validade mínima de 6 meses a parti da data de entrega. Embalado conforme legislação vigente, em pacotes de aproximadamente 1kg, constando data de processamento e validade, registro do órgão competente (SIM, SIF ou DIPOA), identificação do produto embalado. Deve estar acondicionado em sacos plásticos transparentes, resistentes, a embalagem primaria. Marca: FRIGORÍFICO VIANNA</p>	50	QUILO	29,50	1.475,00
50	<p>CARNE BOVINA, VAZIO, em cortes para churrasco, <u>produto de 1ª qualidade, congelado, limpo, com osso</u>. Proveniente de bovino sadio, abatido sob fiscalização em condições sanitárias adequadas. Isenta de aditivos ou substâncias estranhas que sejam inapropriadas para o consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Validade mínima de</p>	50	QUILO	35,90	1.795,00





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



	6 meses a parti da data de entrega. Embalado conforme legislação vigente, em pacotes de aproximadamente 1kg, constando data de processamento e validade, registro do órgão competente (SIM, SIF ou DIPOA), identificação do produto embalado. Deve estar acondicionado em sacos plásticos transparentes, resistentes, a embalagem primaria. Marca: FRIGORÍFICO VIANNA				
51	CARNE DE FRANGO MOÍDA , produto congelado, sem acúmulo de líquido em seu interior. Isento de cartilagens e ossos. Embalagem primária plástica transparente contendo no mínimo 1Kg do produto. Rotulagem contendo as seguintes informações: denominação de venda, lista de ingredientes, rotulagem nutricional, conteúdo líquido, origem, lote e prazo de validade. Produto com registro no SIM, CISPOA ou SIF. O transporte do produto para entrega deverá realizado em veículo refrigerado ou caixa térmica, assegurando a temperatura no recebimento conforme orientação do fabricante. Validade mínima de 2 meses no momento da entrega. Marca: CARRER	800	QUILO	14,50	11.600,00
56	CARNE DE FRANGO, TIPO MOELA , congelada, não apresentando sinais de descongelamento. Embalagem contendo 1 kg, com inspeção estadual ou federal. Marca: LAR	780	QUILO	12,50	9.750,00
71	CROISSANT SALGADO (Sabores diversos) , devem ser entregues em embalagens adequadas, higiênicas e resistentes, que garantam a integridade do produto durante o transporte. Embalagem com 100 unidades. Marca: PADARIA CAFÉ DAS 7	200	CAIXA	137,00	27.400,00
72	CUCA (Sabores diversos) , devem ser entregues em embalagens adequadas, higiênicas e resistentes, que garantam a integridade do produto durante o transporte. Marca: PADARIA DOS AMIGOS	500	QUILO	32,00	16.000,00
74	DOCE DE LEITE CREMOSO SEM LACTOSE , Produto obtido por concentração e ação do calor a pressão	1500	UNIDADE	13,00	19.500,00





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



TAQUARI
CULTURA E HISTÓRIA
Vale do Taquari - RS

	normal ou reduzida do leite adicionado de açúcar e Enzima Lactase. Embalagem primária: pote plástico transparente ou vidro contendo no mínimo 350g do produto. Marca: TIROL				
91	FÍGADO BOVINO, BIFE , congelado, aspecto próprio, não amolecido nem pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem adequada individual em kg conforme pedido. Certificado de inspeção sanitária. Validade mínima: de 8 a 10 meses a partir da entrega. Marca: FRIGORÍFICO VIANNA	780	QUILO	18,80	14.664,00
92	FILÉ DE PEIXE ANJO ou TILÁPIA congelado, sem espinhos, sendo tolerada a variação de até 8% no peso líquido do produto descongelado em relação ao peso congelado, em embalagens plásticas, atóxicas, de 1 kg, com data de envase e modo de conservação, inspecionado pelo ministério da agricultura (SIF ou SIE). Marca: SISBI	705	QUILO	41,50	29.257,50
93	FOLHADO SALGADO (Recheios diversos) , devem ser entregues em embalagens adequadas, higiênicas e resistentes, que garantam a integridade do produto durante o transporte. Embalagem com 100 unidades. Marca: PADARIA CAFÉ DAS 7	200	CAIXA	163,00	32.600,00
95	GORDURA DE SUÍNO (BANHA) - Embalagem com 1 Kg - Produto sem gluten - tecido adiposo, a embalagem deve conter a descrição de conservação e armazenamento do produto. Marca: PAMPLONA	70	QUILO	14,05	983,50
100	KIT SANDUÍCHE (pão cacetinho + 1 fatia queijo + 1 fatia mortadela + margarina) + suco de uvo ou laranja cx 200ml. Devem ser entregues em embalagens adequadas, higiênicas e resistentes, que garantam a integridade do produto durante o transporte. Marca: PADARIA CAFÉ DAS 7	2000	UNIDADE	7,00	14.000,00
111	MAIONESE Tradicional Sache 1 kg. Com bico. Marca: SOYA	12	UNIDADE	17,00	204,00
116	MARGARINA VEGETAL, Margarina cremosa com sal, teor lipídico de 65% a	10	UNIDADE	7,00	70,00





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



TAQUARI
CULTURA E HISTÓRIA
Município de Taquari - RS

	85%. Não deve conter em sua composição gordura do tipo trans. Embalada em pote plástico resistente de 500 g. Marca: DUALIS				
128	MORTADELA SEM GORDURA, FATIADA com registro no respectivo órgão de inspeção, embalada em materiais próprios às condições de armazenamento, que lhe confira uma proteção adequada. Validade mínima de 01 mês a contar da data de entrega. Marca: EXCELSIOR	810	QUILO	14,00	11.340,00
129	NATA deverá possuir como primeiro ingrediente creme de leite pasteurizado. Acondicionada em embalagens de 300g. Rotulagem contendo as seguintes informações: denominação de venda, lista de ingredientes, rotulagem nutricional, conteúdo líquido, origem, lote e prazo de validade. Registro no, SIM, CISPOA ou SIF. Validade mínima de 15 dias no momento da entrega. Marca: BIOLAT	1300	UNIDADE	11,50	14.950,00
135	PÃO DE FORMA FATIADO INTEGRAL , sovado, peso mínimo de 500 gramas, embalado individualmente, em saco plástico transparente. Casca de cor uniforme, clara. Validade mínima: 10 dias. Marca: FARIAS	2000	UNIDADE	9,90	19.800,00
136	PÃO DE FORMA FATIADO , sovado, peso mínimo de 500 gramas , embalado individualmente, em saco plástico transparente. Composição: farinha de trigo especial, sal, açúcar, óleo vegetal, fermento biológico, reforçador de farinha e água. Casca de cor uniforme, clara. Validade mínima: 10 dias Marca: FARIAS	2030	UNIDADE	7,05	14.311,50
137	PÃO FRANCÊS (TIPO CACETINHO) , peso mínimo 50 gramas cada. Composição: farinha de trigo especial, sal, fermento biológico, reforçador de farinha e água. Casca de cor uniforme, clara. Validade de 24 horas. Marca: PADARIA DO LUCAS	2000	QUILO	13,00	26.000,00
138	PÃO SOVADO (TIPO HOT-DOG.) , peso mínimo 50 gramas. Composição: farinha de trigo especial, sal, açúcar, óleo vegetal, fermento biológico, reforçador	1500	QUILO	14,00	21.000,00





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



TAQUARI
CULTURA E HISTÓRIA
Vale do Taquari - RS

	de farinha e água. Casca de cor uniforme, clara. Validade mínima: 2 dias Marca: PADARIA DO LUCAS				
140	PASTEL SIMPLES (Recheios diversos) , devem ser entregues em embalagens adequadas, higiênicas e resistentes, que garantam a integridade do produto durante o transporte. Embalagem com 100 unidades. Marca: PADARIA CAFÉ DAS 7	200	CAIXA	140,00	28.000,00
151	PRESUNTO , cozido e fatiado, sem capa de gordura, cada fatia deve possuir em torno de 20g. Acondicionado em embalagem plástica hermeticamente fechada contendo no máximo 1 kg do produto. Rotulagem contendo no mínimo as seguintes informações: denominação do produto, ingredientes, <u>tabela nutricional.</u> Marca: LETAVO	750	QUILO	33,00	24.750,00
153	QUEIJO MUSSARELA. Produto fatiado, sendo que, cada fatia deverá estar separada por plásticos. Cada fatia deve pesar em torno de 20g. Acondicionado em embalagem plástica transparente contendo 1 kg do produto. Rotulagem contendo as seguintes informações: denominação de venda, lista de ingredientes, rotulagem nutricional, conteúdo líquido, origem, lote e prazo de validade. Registro no, SIM, CISPOA ou SIF. Produto com validade mínima de 30 dias no momento da entrega. Marca: LATSUL	1600	QUILO	46,00	73.600,00
156	REFRIGERANTE , nos sabores cola, laranja, limão e guaraná, em embalagens pet de 2 litros. Marca: FRUKI	250	UNIDADE	7,90	1.975,00
161	RISOLES (Recheios diversos) , devem ser entregues em embalagens adequadas, higiênicas e resistentes, que garantam a integridade do produto durante o transporte. Embalagem com 100 unidades. Marca: PADARIA CAFÉ DAS 7	200	CAIXA	115,00	23.000,00
166	SALSICHÃO , suíno tipo toscano, resfriado de primeira qualidade, sem corantes com no máximo 27% de gordura. Embalagem transparente de 1 kg , contendo na embalagem os dados do fabricante, data de fabricação, data de	830	QUILO	22,55	18.716,50





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



	validade, deverá ser proveniente de animais abatidos em abatedouros (carne inspecionada), com número de registro em órgão competente (s.i.m., s.i.e. ou s.i.f.). Marca: LEBON				
168	SEMENTES DE CHIA: em grãos, sem sujidades ou gravetos, <u>primeira qualidade</u> , pacote de 100 gramas. Marca: SADORO	200	PACOTE	8,15	1.630,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 540.709,00	

I.2. Os produtos constantes na tabela supra poderão não ser adquiridos pelo Município. Se adquiridos, serão fornecidos pela Detentora da Ata/Contratada, mediante emissão de ordem de fornecimento (empenho), de acordo com o disposto neste instrumento.

I.3. A Administração não emitirá qualquer nota de empenho sem prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

CLÁUSULA SEGUNDA

II. DA VIGÊNCIA:

II.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, condicionada à data da sua publicação, ou seja, de **18/06/2025 a 18/06/2026** e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do artigo 83, da Lei 14.133/2021, observadas as condições estabelecidas no artigo 6º do Decreto Municipal nº 4.529/2023.

II.2. O ÓRGÃO GERENCIADOR não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação, desde que devidamente motivada, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à Detentora da Ata/Contratada, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA

III. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA:

III.1. A entrega deverá ser realizada ponto a ponto, seguindo o cronograma previamente definido pela Secretaria solicitante sendo:

III.1.1. gêneros alimentícios não perecíveis - deverão ser entregues mensalmente;

III.1.2. gêneros alimentícios perecíveis:

- a) hortifrutigranjeiros - deverão ser entregues semanalmente, ponto a ponto;
- b) laticínios (refrigerados) - deverão ser entregues semanalmente, ponto a ponto;
- c) panificados - deverão ser entregues semanalmente, ponto a ponto;
- d) cárneos - deverão ser entregues mensalmente, ponto a ponto;
- e) embutidos - deverão ser entregues mensalmente, ponto a ponto;

III.2. As entregas deverão ser realizadas em cada ponto, seguindo os itens **III.1.1** e **III.1.2** deste instrumento, segue distância dos pontos em relação à Prefeitura Municipal de Taquari:

LOCAIS DE ENTREGA	Distância da Prefeitura
1-EMEF Álvaro Haubert	18 Km





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



2-EMEF La Salle	846,28 m
3-EMEF Osvaldo Ferreira Brandão	1,79 km
4-EMEF Emílio Schenk	2,77 km
5-EMEF Pedro Pereira Machado	11,57 km
6-EMEI Pequeno Aprendiz	14,64 km
7-EMEI Carlos Salzano Vieira da Cunha	2 Km
8 -APAE	2,59 km
9 -EMEF Timothéo Junqueira dos Santos	7,59 km
10-EMEI Paulo Freire	1,8 Km
11-EMEI Ivo Lautert	1,15 km
12-EMEI Casa da Criança	2,59 km
13-EMEI Vó Laura	2,30km
14-EMEI Nossa Senhora das Graças	6,13 km
15-EMEI São José	3,72 km
16-EMEF Nossa Senhora da Assunção	7,10 Km
17-EMEI Darcy Ribeiro	2,76 Km
18 - CEACAT	700 m
19 - Pavilhão da Laranja/ Projeto solidário	1,9 Km
20 - CAPS	2,0 Km

***Endereço prefeitura: Rua Osvaldo Aranha, 1790, Centro, Taquari – RS.**

III.3. Os itens 36, 37, 71, 72, 93, 100, 140, e 161 serão solicitados para eventuais necessidades para os eventos ou projetos que ocorram no município.

III.4. As entregas para a Secretaria de Cultura deverão ser realizadas na Sede da Prefeitura Municipal de Taquari.

III.5. Os produtos, nas quantidades solicitadas, deverão ser entregues e descarregados por funcionários da empresa Detentora da Ata/Contratada, no local indicado, em data e horário previamente agendado, nas quantidades solicitadas e deverão ser adequadamente transportados, de forma a permitir a completa preservação dos mesmos e sua segurança durante o transporte, correndo por conta do fornecedor as despesas decorrentes de embalagem, frete, carga e descarga, seguros, mão de obra, etc.

III.5.1. Os veículos utilizados para entrega, bem como os funcionários, devem estar conforme a legislação vigente.

III.6. Os produtos de origem animal deverão ser transportados em veículos refrigerados, devidamente inspecionados pelo órgão competente, devendo, no momento da entrega, ser apresentado ao fiscal anuente da ata de registro de preços: o Alvará Sanitário do veículo, emitido pela Vigilância Sanitária e, o Registro de inspeção sanitária dos produtos de origem animal (federal, estadual ou municipal).

III.7. Os demais produtos deverão ser transportados em veículo adequado, que assegure o cumprimento da legislação vigente no tocante a transporte de alimentos perecíveis, devendo ser apresentado, no momento da entrega, documento que comprove a inspeção do mesmo (não é necessário que seja refrigerado) pela Vigilância Sanitária.

III.8. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



CLAUSULA QUARTA:

IV. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

IV.1. As condições dos produtos serão conferidas por funcionário público ou ainda pelo (a) nutricionista responsável, sendo que os produtos devem apresentar todas as características previstas neste instrumento, da mesma marca ofertada e para qual teve sua amostra aprovada.

IV.2. Em constatando discordância de quaisquer das características e/ou especificações solicitadas ou, ainda, incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos produtos contratados, o Município, por meio do fiscal anuente, poderá obrigar a Detentora da Ata/Contratada a corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o produto entregue.

IV.3. Verificada a desconformidade dos produtos entregues com as exigências editalícias e contratuais, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:

IV.3.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

IV.3.2. Na hipótese de substituição, a Detentora da Ata/Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria solicitante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado, sujeitando-se às penalidades previstas neste instrumento.

IV.3.3. Se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação, no mesmo prazo estabelecido acima, ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

IV.4. Não serão recebidos os produtos quando apresentarem indícios ou características que possam vir a comprometer a utilização dos mesmos.

CLÁUSULA QUINTA

V. DA GARANTIA DOS PRODUTOS:

V.1. O objeto da Ata de Registro de Preços deverá ter garantia quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando a Detentora da Ata/Contratada responsável por todos os encargos decorrentes disso.

V.2. Nos termos do art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

CLÁUSULA SEXTA

VI. DO PAGAMENTO E DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

VI.1. O pagamento será efetuado, de acordo com a entrega dos produtos, em até 10 dias úteis após o recebimento da nota fiscal, mediante aprovação e liberação pelo fiscal-anuente do contrato, por intermédio da Tesouraria do Município.

VI.1.1. A nota fiscal deverá ser entregue para secretaria solicitante, acompanhado do recibo de entrega assinado e com número do documento do servidor, designado pelo fiscal, que receberá o produtos na secretaria solicitante.

VI.2. A nota fiscal/fatura deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo de origem, número do pregão e o número do empenho, a fim de se acelerar o trâmite de





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

VI.3. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores poderão ser corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a Contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

VI.4. Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

VI.5. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas ao fornecedor detentor da ata de registro de preços, ou inadimplência contratual.

VI.6. Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas do presente registro serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA

VII. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

VII.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

VII.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

VII.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

VII.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Município de Taquari deverá convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

VII.2.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;

VII.2.2. Na hipótese do item anterior, o Município convocará os fornecedores do cadastro reserva, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

VII.2.3. Não havendo êxito nas negociações o Município poderá cancelar o item registrado ou Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa;

VII.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, será facultado ao mesmo requerer ao Município de Taquari a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

VII.3.1. O pedido de revisão dos preços deverá ser dirigido ao Fiscal da Ata, devidamente justificado, ou seja, explicando quais as circunstâncias de mercado que ocasionaram o aumento ou a diminuição do preço e, comprovando, mediante apresentação de fotocópias de notas fiscais (da época da licitação e da data do aumento), tabelas de preços de fabricantes, lista de preços de matérias-primas ou outros comprovantes que confirmem o alegado na justificativa, para análise e parecer Jurídico quanto à viabilidade de reequilíbrio.





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



VII.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo Município e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções administrativas previstas.

VII.3.2.1. Cancelado o registro do fornecedor nos termos do item supra, o Município convocará os fornecedores do cadastro reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter os preços registrados.

VII.3.2.2. Não havendo êxito nas negociações o Município poderá cancelar o item registrado, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa;

VII.3.3. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o município atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados no mercado.

VII.3.4. A Detentora da Ata/Contratada deverá apresentar pedido de reequilíbrio econômico-financeiro durante a vigência da ata de registro de preços e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

VII.4. Os preços registrados poderão ser alterados, ainda, mediante reajustamento, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

VII.4.1. Em caso de prorrogação da vigência da ata de Registro de Preços, para concessão de reajuste, deverá ser observada a periodicidade de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento estimado, sendo que os preços serão reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mediante termo aditivo.

VII.4.2. Os reajustes serão precedidos, obrigatoriamente, de solicitação da Detentora da Ata/Contratada, acompanhado de memorial de cálculo e apresentação de planilha de custos e formação de preços, que deverá ser dirigido ao Fiscal da Ata, que se manifestará pela pertinência ou não do pedido, encaminhando-o posteriormente ao Setor de Licitações, para demais providências

VII.5. O prazo para resposta aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro ou reajustamento será de 01 (um) mês, contados, em regra, do protocolo do pedido.

CLÁUSULA OITAVA

VIII. DAS OBRIGAÇÕES:

VIII.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE/ÓRGÃO GERENCIADOR:

VIII.1.1. Efetuar o pagamento ajustado;

VIII.1.2. Prestar à Detentora da Ata/Contratada todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento do objeto;

VIII.1.3. Determinar, através do fiscal anuente, todas as condições para a execução da ata de registro de preços.

VIII.2. Constituem obrigações da DETENTORA DA ATA/CONTRATADA:

VIII.2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações do presente instrumento e seus anexos, responsabilizando-se pela exatidão dos fornecimentos, com a alocação dos serviços necessários ao perfeito cumprimento das Cláusulas Contratuais;

VIII.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078 de 1990),





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Detentora da Ata/Contratada, o valor correspondentes aos danos sofridos.

VIII.2.3. Reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades verificadas quando da entrega do objeto;

VIII.2.4. Prover o adequado transporte do objeto da presente contratação;

VIII.2.5. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto para terceiros;

VIII.2.6. Obedecer aos prazos de entrega dos produtos estipulados e cumprir todas as exigências editalícias e contratuais;

VIII.2.7. Arcar com todos os custos de reposição ou reentrega nos casos em que os produtos não atenderem as condições deste instrumento e do Edital de origem;

VIII.2.8. Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR no prazo de 48 (quarenta e oito) horas qualquer ocorrência anormal, que impeça o fornecimento;

VIII.2.9. Responsabilizar-se, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, responder pelos danos, dolosos ou culposos, causados pelos mesmos ao Contratante ou a terceiros na execução do presente registro;

VIII.2.10. Manter em dia o pagamento do salário do pessoal alocado aos serviços, bem como dos respectivos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste registro, conforme exigência legal, sendo esses de sua inteira responsabilidade;

VIII.2.11. A empresa contratada fica proibida de criar ônus, seja por taxas, serviços ou encargos não previstos na legislação e não autorizados expressamente pelo contratante;

VIII.2.12. Cumprir, ao longo de toda a execução da ata de registro de preços, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

VIII.2.13. Comprovar, sempre que solicitado pela Administração, o cumprimento do disposto no item supra, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

VIII.2.14. Não contratar, durante a vigência do registro de preços, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme art.48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

VIII.2.15. Manter durante toda a execução da ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições da habilitação e qualificação apresentadas para licitação.

CLÁUSULA NONA

IX. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO:

IX.1. A gestão e a fiscalização do presente registro serão realizadas conforme o disposto do Decreto Municipal nº 4.528 de 08/03/2023, nos termos da Lei Federal nº14.133/2021.

IX.2. A gestão do registro de preços originário do presente certame, ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, por meio da Comissão de Administração de Registros de Preços, designada por meio de portaria.





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



IX.3. A fiscalização da ata de registro de preços, originário deste certame, ficará a cargo da Secretaria Municipal da Educação, que indicou a servidora Keli Pereira Soares, designada pela Portaria nº 366/2025, atualizada pela Portaria nº 501/2025, em conformidade com o art. 14 do decreto supra referido, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização.

IX.4. Caberá ao fiscalizador, proceder às anotações das ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas.

IX.5. A fiscalização exercida no interesse do Município, não exclui ou reduz a responsabilidade da Detentora da Ata/Contratada por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Município de Taquari ou de seus agentes e prepostos.

IX.6. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes à ata de registro de preços, deverão ser prontamente atendidas pela Detentora da Ata/Contratada, sem quaisquer ônus adicionais para o Município de Taquari.

IX.7. O Município de Taquari se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações e condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA

X. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

X.1. O Detentor da ata de registro de preços será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

X.1.1. Dar causa à inexecução parcial ou total do instrumento contratual;

X.1.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

X.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superviniente devidamente justificado;

X.1.4. Não assinar o instrumento contratual ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

X.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

X.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

X.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do instrumento contratual;

X.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

X.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

X.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

X.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item “X.1.” deste instrumento as seguintes sanções:

X.2.1. Advertência por escrito;





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



X.2.2. Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e no máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

X.2.3. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;

X.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;

X.3. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

X.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no item “X.2” deste instrumento;

X.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

X.6. A aplicação das sanções previstas no item “X.2” deste instrumento, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

X.7. A aplicação da sanção prevista no item “X.2.2”, deste instrumento, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

X.8. Para aplicação das sanções previstas nos itens “X.2.3” e “X.2.4”, deste instrumento, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

X.8.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

X.8.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

X.9. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

X.10. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

X.10.1. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

X.10.2. Pagamento da multa;





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



X.10.3. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

X.10.4. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

X.10.5. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

X.11. A sanção pelas infrações previstas nos itens “X.1.6” e “X.1.10” do presente instrumento, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

X.12. Serão publicadas na imprensa oficial do órgão licitante, as sanções administrativas previstas nos itens “X.2.3” e “X.2.4” deste instrumento, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

XI. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

XI.1. Os preços registrados poderão ser cancelados, nos seguintes casos:

XI.1.1. Pelo Município de Taquari, quando:

XI.1.1.1. A Detentora da Ata/Contratada não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços;

XI.1.1.2. A Detentora da Ata/Contratada recusar-se a assinar a ata ou a formalizar a contratação decorrente do registro de preços, se a Administração não aceitar sua justificativa;

XI.1.1.3. A Detentora da Ata/Contratada der causa a rescisão administrativa de contratação decorrente do registro de preços;

XI.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da ata de registro de preços ou contrato desta decorrente;

XI.1.1.5. A Detentora da Ata/Contratada não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

XI.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

XI.1.1.7. A Detentora da Ata/Contratada sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

XI.1.1.7.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

XI.1.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

XI.1.3. Pelo Detentor da Ata/Contratado quando:

XI.1.3.1. Mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços e /ou do instrumento convocatório que deu origem a





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



mesma, devido a ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

XI.1.3.2. A solicitação para o cancelamento de preço registrado somente eximirá o fornecedor da obrigação de contratar com a administração se apresentada com antecedência de 05 (cinco) dias da data do recebimento da ordem de fornecimento ou de prestação dos serviços (empenho) pelos preços registrados ou da convocação para firmar contrato decorrente do respectivo registro.

XI.2. A comunicação de cancelamento nos casos do item “XI.1.1” deverá ser formalizada por e-mail ou por correspondência, ambas com aviso de leitura/recebimento, juntando-se o comprovante ao processo que deu origem ao registro de preços.

XI.3. O cancelamento dos preços registrados ou da Ata de Registro de Preços será publicado no site do município, considerando-se cancelado o preço registrado a contar de sua publicação.

XI.4. Da decisão que cancelar o preço registrado ou a Ata de Registro de Preços caberá recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da sua publicação ou do recebimento da comunicação, se esta ocorrer por último.

XI.5. Na hipótese de cancelamento do registro, o Município poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro reserva, observada a ordem de classificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

XII. DA ANTICORRUPÇÃO:

XII.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometerem que, para execução deste instrumento nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento, que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente instrumento, seja de forma direta ou indireta, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

XIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

XIII.1. A Detentora da Ata/Contratada assume integral responsabilidade pelo fornecimento dos produtos decorrente da presente Ata de Registro de Preços.

XIII.2. Os direitos e responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas desta Ata e do regime de direito público a que está submetida, na forma da legislação de regência.

XIII.3. Ficam vinculados a esta ata e passam a fazer parte integrante dela, o ato que a originou – Pregão Eletrônico nº 011/2025, e a proposta da Detentora da Ata/Contratada, independentemente de transcrição.

XIII.4. Os casos omissos serão decididos segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

XIII.5. Será providenciado publicação deste instrumento contratual, por extrato, na imprensa





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



oficial do Município, nos termos da Lei Municipal nº 3.420/2012, bem como sua integralidade, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

XIV. DA EFICÁCIA:

XIV.1. A presente Ata, assim como as eventuais alterações ou aditamentos, terão sua eficácia condicionada a publicação de seus extratos e começará a vigorar a partir das suas respectivas assinaturas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

XV. DO FORO:

XV.1. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata de Registro de Preços fica eleito o Foro da Comarca de Taquari, com renúncia a quaisquer outros ainda que privilegiados.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em 03 vias de igual teor e forma para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

MUNICÍPIO DE TAQUARI-RS
P/Órgão Gerenciador

MIGUEL BITTENCOURT DE OLIVEIRA
Detentora da Ata/Contratado

KELI PEREIRA SOARES
Fiscal Anuente

TESTEMUNHAS

